

ESCREVER PARA NÃO MORRER? FOUCAULT E A ESCRITA COMO PRÁTICA DE DESCONTINUIDADE

***¿ESCRIBIR PARA NO MORIR? FOUCAULT Y LA ESCRITURA COMO PRÁCTICA DE LA
DISCONTINUIDAD***

***WRITING SO AS NOT TO DIE? FOUCAULT AND WRITING AS A PRACTICE OF
DISCONTINUITY***

Tiago Viotto da Silva*
Universidade Estadual Paulista

RESUMO: À primeira vista, a afirmação de Foucault de que a escrita é responsável por matar o autor soaria como contraditória ante a multiplicação de gestos de autoria que ele próprio praticara ao longo de sua trajetória. O objetivo deste ensaio é desarmar esse suposto paradoxo. Para tanto, argumenta-se que a morte do autor pode ser pensada nos termos de uma prática de escrita voltada à transformação de si. Nesse sentido, ao abordar as considerações desenvolvidas na conferência *O que é um autor?*, de 1969, como uma charneira que articula dois diferentes momentos do pensamento de Foucault, busca-se salientar a noção de morte a partir da relação entre limite e transgressão, tal como desenvolvida nas reflexões da década de 1960. Mais do que um fim absoluto e definitivo, a morte poderá ser entendida, em seguida, como uma pluralidade de cortes – ou descontinuidades – que acompanham a vida *pari passu*. Com isso, indicam-se formas de ultrapassar os limites de determinados campos discursivos, bem como as múltiplas funções de autor e de sujeito que lhes são correspondentes. Por fim, atentando-se para as reflexões desenvolvidas por Foucault nas décadas de 1970 e 1980, a relação entre escrita e morte é reiterada enquanto uma prática que conduz os limites e as descontinuidades para o centro da experiência do sujeito consigo mesmo. Desarmando o paradoxo supracitado, espera-se estabelecer uma posição crítica em diante da ideia de que, no pensamento de Foucault, a descontinuidade seria equivalente às periodizações adotadas em seus principais trabalhos, assim como demonstrar a possibilidade de pensar que a escrita, enquanto prática de descontinuidade, é um princípio ético que perpassa seus escritos de ponta a ponta.

PALAVRAS-CHAVE: Foucault. Morte do autor. Transformação de si. Ética.

RESUMEN: A primera vista, la afirmación de Foucault de que la escritura es responsable de la muerte del autor podría parecer contradictoria, dada la multiplicidad de gestos de autoría que él mismo practicó a lo largo de su trayectoria. El objetivo de este ensayo

* Bolsista de Pós-doutorado Júnior Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Processo nº 156030/2025-0. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Avenida Dom Antônio, 2100 - Parque Universitário, 19806-900, Assis, São Paulo, Brasil. E-mail: viotto.ts@gmail.com.

es desmontar essa suposta paradoxia. Para isso, argumenta-se que a morte do autor pode conceber-se em termos de uma prática de escrita orientada à transformação de um mesmo. Em este sentido, ao abordar as considerações desenvolvidas na conferência «¿Qué es un autor?» (1969) como um eixo que articula dois momentos diferentes do pensamento de Foucault, busca-se destacar, em primeiro lugar, a noção de morte a partir da relação entre limite e transgressão, tal como se desenvolveu nas reflexões da década de 1960. Mais do que um fim absoluto e definitivo, a morte poderá entender-se, a continuação, como uma pluralidade de cortes —ou discontinuidades— que acompanham a vida *pari passu*. Com isso, indicam-se formas de superar os limites de determinados campos discursivos, assim como as múltiplas funções de autor e de sujeito que lhes correspondem. Por último, prestando atenção às reflexões desenvolvidas por Foucault nas décadas de 1970 e 1980, a relação entre escrita e morte se reitera como uma prática que situa a relação com os limites e as discontinuidades no centro da relação do sujeito consigo mesmo. Ao desarmar a paradoxia antes mencionada, espera-se estabelecer uma posição crítica em relação à ideia de que, no pensamento de Foucault, a discontinuidade seria equivalente às periodizações adotadas em suas principais obras, assim como demonstrar a possibilidade de pensar que a escrita, como prática de discontinuidade, constitui um princípio ético que atravessa seus escritos de princípio a fim.

PALABRAS CLAVE: Foucault. Morte do autor. Transformação de si. Ética.

ABSTRACT: At first glance, Foucault's claim that writing is responsible for killing the author seems contradictory in light of the multiplication of his own authorial gestures throughout his career. This essay aims to dismantle this supposed paradox. To this end, it is argued that the death of the author can be understood as a writing practice aimed at the transformation of the self. By approaching the considerations developed in the 1969 lecture *What is an Author?* as a hinge articulating two different moments of Foucault's thought, the study first seeks to highlight the notion of death through the relationship between limit and transgression, as developed in his 1960s reflections. Rather than an absolute and definitive end, death can subsequently be understood as a plurality of cuts—or discontinuities—that accompany life *pari passu*. This indicates ways to surpass the limits of certain discursive fields, as well as the multiple author and subject functions corresponding to them. Finally, focusing on Foucault's reflections from the 1970s and 1980s, the relationship between writing and death is reaffirmed as a practice that brings the relationship with limits and discontinuities to the center of the subject's relationship with themselves. By dismantling the aforementioned paradox, it is hoped that this essay will establish a critical position in relation to the idea that, in Foucault's thought, discontinuity would be equivalent to the periodizations adopted in his major works, as well as to demonstrate that writing, as a practice of discontinuity, is an ethical principle that permeates his work from beginning to end.

KEYWORDS: Foucault. Death of the author. Self-transformation. Ethics.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de sua trajetória intelectual, Michel Foucault empenhou-se em colocar em xeque diversas categorias responsáveis por unificar os discursos ao redor de um único sujeito ou epicentro. Esse é o caso de noções como tradição, obra e autoria (Foucault, 1996, 2013a). Esta última, em especial, reteve sua atenção em mais de uma ocasião: a morte do autor, nesse sentido, definiria o cerne da escrita na modernidade, e, por extensão, a autoria seria um princípio de rarefação que deveria ser contornado se quiséssemos recuperar a ordem histórica imanente aos próprios discursos (Foucault, 1996, 2009b). Não é sem propósito, portanto, que, em 1980, e sob a condição de anonimato, Foucault (2000b) propôs a brincadeira do “[...] ano sem nome”: “Durante um ano, os livros seriam editados sem o nome do autor. Os críticos teriam que se virar com uma produção inteiramente anônima [...], então todos os autores esperariam o ano seguinte para publicar seus livros...” (Foucault, 2000b, p. 300).

Afinal, como suspender o nome do autor – *Le nom de l'auteur* – sendo que é sob ele que se conformam diversas relações de poder, posições hierárquicas e de prestígio que são responsáveis por estruturar não somente os campos em que os saberes se especializam como também a subjetividade daqueles que transitam por esses campos e ocupam as respectivas funções-sujeito correspondentes a cada um deles? (Shapin, 2008) Mais do que somente apontar para uma suposta continuidade por entre os diferentes gestos escriturais de um mesmo indivíduo, o nome do autor remetia aos limites, às regras e às interdições que estruturam diferentes saberes; ao mesmo tempo em que libera e permite novos discursos, reitera as fronteiras em relação às quais eles *não devem*

ultrapassar – Le non de l’auteur –, senão ao preço de perderem aquilo que os caracteriza como parte de uma determinada especialidade.

A autoria poderia ser implicada, ainda, em certa relação da escrita com o tempo e a finitude. Aquilo que escrevo, todo o conjunto de palavras organizadas sobre folhas em branco – palavras que não me pertencem, já que me antecedem e me ultrapassam –, seria uma tentativa de vencer o esquecimento: um cadinho de experiências e reflexões organizadas ao redor de meu nome, tortuosamente expressas em diversos textos que, ante o perecimento do corpo, permitiriam a continuidade da obra, senão da alma. Já que não é possível vencer a morte, ao menos seria possível ludibriá-la. Foucault, assim, remete ao mote de Maurice Blanchot: “[...] escrever para não morrer” (Foucault, 2009a, p. 47). Enquanto vinculada à ideia de expressão, a escrita seria a inscrição da interioridade do autor junto a uma memória coletiva: tentativa trôpega de seres finitos que, inconformados, reivindicariam a si a possibilidade de se estenderem até o infinito. Esse esforço para afastar a morte seria um tema milenar, presente desde as epopeias gregas, “[...] destinadas a perpetuar a imortalidade do herói” (Foucault, 2009b, p. 268-269), às narrativas de Sherazade, cujo prolongamento de suas narrativas visavam adiar seu próprio crepúsculo.

Na medida em que o tempo como devir segue o irreversível trajeto do esquecimento, a escrita seria a garantia de, ao menos, retardar nosso apagamento, de inscrever um suposto legado que, ante a uma ausência e para além do corpo, permanece. Assim, sob a noção de escrita, a ideia de autoria se desdobraria sob uma continuidade, tanto aquela estabelecida entre diversos textos de um mesmo indivíduo quanto a própria continuidade das experiências humanas – esta última, condição de possibilidade para a compreensão histórica enquanto tal (Chakrabarty, 2013; Koselleck, 2014). Diante de tais pretensões, cumpriria questionar se tal aceção acerca da escrita não seria responsável por “[...] representar em termos transcendentais o princípio religioso do sentido oculto [...] e o princípio crítico das significações implícitas, das determinações silenciosas, dos conteúdos obscuros” (Foucault, 2009b, p. 271).

Se Foucault desconfia de todas essas continuidades, é porque sugere outra relação entre a escrita, autoria e morte. Para quem escrever é uma maneira de “[...] não ter mais um rosto” (Foucault, 2013a, p. 21), nada mais estranho do que uma escrita que dá as costas à morte; que se ressentir em relação à finitude, e que, por isso, tenta contorná-la. Nesse sentido, cumpre pensar em uma prática de escrita cuja função, mais do que garantir a perpetuação do autor, é responsável por sacrificá-lo. O texto-chave para esse argumento é a conferência de 1969, intitulada *O que é um autor?*, onde lemos que “[...] a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência; é preciso que ele faça o papel do morto no jogo da escrita” (Foucault, 2009b, p. 268-269). À história contínua, de um sujeito fundador, Foucault propõe uma escrita vinculada a um tempo descontínuo que não nega a morte, mas, antes, a tem como princípio e como meta. O enunciado de Blanchot, com isso, é subvertido: *escrever para morrer*, isto é, para não “[...] permanecer o mesmo” (Foucault, 2013a, p. 21).

Entretanto, mesmo diante de tais desconfiças e ponderações, Foucault, o autor, persiste: é o nome nas capas de *História da Loucura*, *As palavras e as coisas* e tantos outros textos; é o nome do conferencista que viaja para o Brasil, Estados Unidos, Japão, Tunísia, entre outros países; é o nome do intelectual que se posiciona publicamente, seja assinando manifestos, seja emprestando sua voz; é o nome do correspondente do *Il corriere de la serra* que cobre as manifestações iranianas no final da década de 1970 (Eribon, 1991); é o nome do Arquivo a que consultamos para mobilizarmos novas reflexões. Como considerar, então, essa multiplicação de gestos de autoria diante da eminente crítica relatada anteriormente?

Voltar-se ao *Foucault autor*, desse modo, requer lidar com o aparente paradoxo que, como resume Salma Tannus Muchail (2002, p. 130), “[...] parece instalar-se quando ele traz para o centro da cena aquilo que precisamente desejaria fora dela, a saber, a atribuição de autoria aos seus próprios discursos”. Neste ensaio, gostaria de tomar esse suposto paradoxo como a oportunidade para uma reflexão acerca das complexas relações entre a escrita, a morte e o tempo, desenvolvida a partir do pensamento de Foucault. Para tanto, cumpre perseguir o desafio de desarmá-lo, isto é, de demonstrar que entre o tema da morte do autor, efetuado pela escrita, e a multiplicação de gestos de autoria, também possibilitada por meio da escrita, não há, necessariamente, uma contradição.

O centro dessas problematizações, como dito, está na conferência *O que é um autor?*, apresentada por Foucault à *Société française de philosophie*, em 22 de fevereiro de 1969, e, no mesmo ano, publicada pelo *Bulletin de la Société française de philosophie*. Trata-se de uma reflexão desenvolvida dois anos após o seminal artigo *A morte do autor* (2004), de Roland Barthes, para quem “[...] o ‘autor’ é uma personagem moderna, produzida, sem dúvida, pela nossa sociedade” (Barthes, 2004, p. 58). Em um espectro mais amplo, ela

poderia ser vinculada, ainda, aos debates desenvolvidos na década de 1960 pelos intelectuais ligados ao chamado *Nouveau Roman* e reunidos em periódicos como *Critique* e *Tel Quel*. Nesse sentido, o contexto intelectual de produção de *O que é um autor?* ressoaria a uma tentativa de desvincular a linguagem de uma ótica psicologizante, priorizando uma abordagem voltada, antes, à lógica e à funcionalidade produzidas pelo texto literário, organizado enquanto um sistema de signos, que, por sua vez, não remeteriam a uma unidade de sentido assentada sobre algum fundamento ou estrutura transcendental (Jaquet; Madarasz, 2020).

Embora considere importante não perder de vista a configuração do referido debate, não é minha intenção, aqui, recuperá-lo – como se a suposta historicidade envolvida na produção de um escrito escondesse sua verdade e, com isso, todas as possibilidades de pensar a partir daquilo que ele argumenta. Em outras palavras, entendo que a compreensão das condições históricas de emergência de um texto não recobre toda a sua extensão e, tampouco, dê conta de seus possíveis desdobramentos e diferenciações ulteriores. Ao menos, essa seria a postura a ser adotada por um interesse que, de saída, assume ser menos analítico do que criativo: não se trata de decifrar ou desvendar as possíveis entrelinhas de um escrito remetendo-o às suas condições de produção, mas, antes, medir o alcance pragmático das considerações que ele desenvolve; mais do que uma obsessão pelo *não-dito*, em suma, é o caso de se deter na positividade daquilo que um escrito efetivamente apresenta, testando, assim, a possibilidade de criar novos elos e conexões que contribuam para a invenção de novas respostas aos problemas que ele põe em cena.

Para tanto, parece-me que as considerações desenvolvidas em *O que é um autor?* apresentam uma oportunidade privilegiada. Afinal, trata-se menos da apresentação dos resultados de uma investigação do que um ponto de partida, isto é, um *disparador* caracterizado por Foucault enquanto um ensaio ou tentativa de análise (Foucault, 2009b). Sendo assim, gostaria de considerar o texto da conferência de 1969 como uma charneira – ou dobradiça – que articula dois diferentes momentos da trajetória de Foucault, ou, ainda, duas diferentes *ontologias críticas* mobilizadas em seu pensamento: a que trata da relação entre Ser e Limite, desenvolvida na década de 1960, e a que problematiza os limites em função do cuidado e da transformação do sujeito, oriunda das décadas de 1970 e 1980 (Sardinha, 2010). Embora pertencentes a contextos intelectuais distintos, argumento que, uma vez interligados pelo problema que envolve a escrita e a morte do autor, esses dois momentos do pensamento de Foucault poderiam ser compreendidos por meio de uma mesma ética da escrita, pensada, aqui, como uma prática promotora de descontinuidades em relação a si. Em outras palavras, ao desarmar o paradoxo supracitado, abríamos o caminho para pensar uma possível ética da escrita inspirada pelas reflexões e *insights* de Foucault.

O desenvolvimento da reflexão se dará a partir de três seções. Tendo em vista o enunciado de que *a escrita é responsável pela morte do autor*, volto-me, primeiramente, aos temas da finitude e da morte, tal como abordados por Foucault em suas reflexões da década de 1960. Trata-se de compreender a morte, nesse caso, a partir de uma pluralização de cortes e limites que, por sua vez, acompanham a vida em seu deslindar. A partir daí, as considerações desenvolvidas em *O que é um autor?* poderão ser pensadas, em seguida, nos termos de uma relação entre as condições históricas que permitem o exercício da função-autor e as ultrapassagens possíveis dessas mesmas determinações. A morte do autor, desse modo, será abordada enquanto uma abertura, enquanto uma oportunidade, para a afirmação de uma multiplicidade de sujeitos descontínuos entre si. Por fim, ao projetar tais considerações em direção aos escritos das décadas de 1970 e 1980, procuro pensar a ética do cuidado de si nos termos de uma autocondução que, por meio da prática da escrita, inocula o limite e a morte no seio de uma relação do sujeito consigo próprio, como condição necessária para uma constante modificação, ou transformação, de si.

A consecução do argumento de que a relação entre a escrita e a morte visa a uma ética ocupada com a transformação de si permitirá, ainda, estabelecer um posicionamento crítico em relação à ideia de que, em seus últimos escritos da década de 1980, Foucault teria se distanciado de um pensamento do descontínuo em prol de um retorno à continuidade. Espero demonstrar que a escrita, como prática de descontinuidade, visando à transformação de um espaço discursivo regrado, mas, também, do sujeito que escreve, é algo que perpassa o pensamento de Foucault de ponta a ponta. A partir daí, teríamos condições de superar o aparente paradoxo surgido entre a indiferença pelo nome do autor e a multiplicação de gestos de autoria.

2 PETITES MORTS

De saída, é à *morte* que devemos nos voltar. Tema constantemente mobilizado por Foucault, ao longo da década de 1960, a experiência com a finitude encontra-se no cerne de uma crítica à chamada antropologização dos discursos junto ao espaço da modernidade (Miotto, 2011). Mais do que uma função derivada de uma instância Absoluta e Infinita, tal como na Ordem do saber clássico (Foucault, 2007), a finitude do entendimento humano, limitado àquilo que ele pode conhecer de maneira empírica, torna-se sua própria referência. A razão humana, portanto, é reconhecida como responsável por sua autodeterminação.

Essa relação intrínseca com a finitude torna-se a própria condição de existência da episteme moderna: se, por um lado, os saberes empíricos da vida, do trabalho e da linguagem garantem ao homem a posição de sujeito – já que é ele que vive, trabalha e fala –, por outro, esses mesmos saberes também o dispõem na posição de objeto finito – já que seu corpo falece, está exposto à fadiga e à afasia (Foucault, 2007). Na condição de sujeito-objeto da ordem moderna do Saber, o homem é constantemente acometido pela morte – que, ao mesmo tempo em que limita suas experiências, libera os saberes que o constituem. A morte, assim, é entendida como correlativa à vida. São linhas paralelas que possuem encontros contingentes mais ou menos intensos. “A morte abandonou seu velho céu trágico e tornou-se o núcleo lírico do homem: sua invisível verdade, seu visível segredo” (Foucault, 2018, p. 190).

Para que o homem consiga sustentar a pretensão de que seu *Logos* se faça enquanto realidade originária (Miotto, 2011) – que ocuparia, pois, o vazio deixado por Deus em um mundo desencantado –, é preciso que ele *esqueça* sistematicamente essa alegada correlação com a finitude e *relegue* a presença trágica e renitente da morte. Mesmo o Iluminismo não seria possível senão graças a essa sua face oculta, em que “[...] a morte teve direito à clareza e tornou-se objeto e fonte de saber para o espírito filosófico” (Foucault, 2018, p. 137).

Uma vez que a escrita se efetua enquanto prática que mobiliza uma linguagem, cuja espessura nos antecede e nos ultrapassa (Foucault, 2007), quando nos envolvemos em sua tecitura, utilizando suas palavras, frases, discursos, em suma, mobilizando todos os fragmentos possíveis acumulados no *Arquivo*, atinente à nossa atualidade, é a nossa própria finitude que, novamente, vem à tona. Isso porque, na medida em que nos confrontamos com a linguagem, deparamo-nos com os limites históricos aos quais nosso pensamento está submetido. Em relação à morte, a escrita promove, portanto, um incontornável *vis-à-vis*. O que é posto em jogo, nesse caso, são as diversas manifestações do limite e da finitude que correm em paralelo à vida e que, em determinadas ocasiões, se sublevam. Múltipla e dispersa no tempo, a morte deixa de ser “[...] o ponto absoluto e privilegiado a partir de que os tempos se detêm para se inverterem, [...] cada um dos nós se rompe em vários lugares até que a vida orgânica cesse, ao menos em suas formas principais” (Foucault, 2018, p. 157).

Existem, portanto, pequenas mortes (*petites morts*) que acompanham o movimento da vida e se prolongam, até mesmo, após o seu dissipar; são essas mortes sucessivas, insistentes e obstinadas que interrompem um fluxo temporal que se pretende homogêneo e, com isso, seccionam a vida a partir de diferentes estágios e durações. Se “[...] a história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito” (Foucault, 2013a, p. 15), se, com ela, trata-se da “[...] certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta” (Foucault, 2013a, p. 15), então, a imagem do tempo que faz do homem sujeito soberano de todos os saberes é expressa por uma linha contínua, acumulativa e progressiva em relação à qual todos os eventos históricos são sincronizados e, com isso, dotados de sentido e significação (Koselleck, 2014; Jordheim, 2017; Simon, 2019). Sendo assim, quaisquer remissões a cortes, interrupções ou rupturas seriam insistentemente reintegradas à lógica e à significação de um tempo histórico que garantiria, ao homem, a manutenção de sua presença, a despeito de sua finitude.

Diante disso, a morte se apresentaria, antes, como *signo de descontinuidade*, ou, ainda, como *signo de um tempo descontínuo*. Ela insiste em entrar em cena e, com isso, limitar a extensão desse tempo histórico que equivaleria à continuidade da própria trajetória da história humana. Vida e morte, contínuo e descontínuo, constituiriam, assim, um jogo incessante.

Em *Prefácio à Transgressão*, de 1963, esse jogo é tomado a partir da relação entre limite e transgressão, tratada no âmbito da experiência moderna da sexualidade. Para Foucault (2009c), a literatura de Georges Bataille, autor homenageado no texto em questão, seria a responsável por apresentar um erotismo cujo excesso se dá, justamente, em um mundo desencantado, isto é, em “[...] um mundo que não reconhece mais sentido positivo no sagrado” (Foucault, 2009c, p. 29) e, por isso, perfaz gestos de ruptura que continuamente se lançam em direção a um espaço vazio. O ato de transgredir, isto é, *ir além de (au-delà de)*, é compreendido como um ato em direção a esse espaço de onde Deus se evadiu e que, por isso, não é mais o responsável por anunciar a exterioridade do ser. Não mais observada e tutelada por um olhar onipresente, soberano e infinito, a experiência sexual presente nos textos de Bataille apresentaria, pois, a violência de uma profanação que “[...] só encontra a forma tênue do limite, e onde ela não tem para além nem prolongamento a não ser no frenesi que a rompe” (Foucault, 2009c, p. 28).

Quanto a isso, dois desdobramentos importantes. O primeiro deles, como destaca Diogo Sardinha (2010, p. 181), é a compreensão de que “[...] o que é, é limitado”. Ou seja, no mundo moderno, desencantado em relação à presença infinita de Deus, a finitude do entendimento humano é liberada e revelada como sem aporte e voltada sobre si mesma. Nada além da *cidade dos homens*, portanto, “[...] o reino ilimitado do Limite” (Foucault, 2009c, p. 30). O segundo é que a manifestação desse limite vem à tona concomitantemente à efetuação de quaisquer gestos transgressivos em relação a ele. Trata-se, pois, de um movimento que diz respeito à “[...] grande nervura esquelética” (Foucault, 2009c, p. 30) da experiência contemporânea: “[...] a morte de Deus não nos restitui a um mundo limitado e positivo, mas a um mundo que se desencadeia na experiência do limite, se faz e se desfaz no excesso que a transgride” (Foucault, 2009c, p. 31).

A transgressão, em resumo, é abordada por Foucault como um gesto relativo ao limite. São termos correlativos, codependentes. Como nos lembra Sardinha (2010, p. 181) “[...] as próprias fronteiras somente são inteiramente compreendidas no momento em que rasgadas pela luz e atravessadas [...] a violação não é jamais em si, ela não existe fora do atravessar das fronteiras”. Se outros mundos são possíveis, eles serão, então, resultados de transformações em termos topológicos do mundo que já habitamos; um mundo sem divisões e sem utopias, portanto. Afinal, na medida em que uma linha é ultrapassada, outra se fecha às nossas costas e, ainda, outras linhas se recompõem e tomam o lugar da anterior.

Para Foucault, os textos de Bataille teriam o mérito de articular uma linguagem – e uma imagem – para esse jogo ininterrupto entre limite e transgressão. A sexualidade seria a encruzilhada onde o ser e a experiência da finitude se encontram, ou, ainda, onde a ontologia se encontra com a crítica (Foucault, 2009c). O olhar, suporte para a luz e a razão (Foucault, 2018), é conduzido por Bataille a um voltar-se sobre si próprio e à escuridão de sua própria noite. Inebriado pelo frenesi sexual, quando o olho é arrancado de seu lugar luminoso, que é também iluminado, e, girando sua esfera em sua própria órbita, “[...] não derrama mais a sua luz senão em direção à caverna do osso” (Foucault, 2009c, p. 42); quando, em meio ao êxtase das *petites morts*, e “[...] revirado por um movimento que o faz retornar ao interior noturno e estrelado do crânio” (Foucault, 2009c, p. 41), o olho é arrancado em seu próprio lugar, então, ele “[...] descobre a ligação da linguagem com a morte no momento em que representa o jogo do limite e do ser” (Foucault, 2009c, p. 42). É nesse sentido que Foucault evoca as cenas que permeiam os relatos de Bataille: “[...] o que são elas senão o espetáculo dessas mortes eróticas onde olhos revirados revelam seus brancos limites e oscilam na direção de órbitas gigantescas e vazias?” (Foucault, 2009c, p. 42).

Trata-se, portanto, de uma preocupação com a fronteira enquanto exterior “[...] que informa o ser” (Sardinha, 2010 p. 185) e que, uma vez violada, permite que o não-lugar conquistado “[...] se torne o lugar de uma nova existência” (Sardinha, 2010 p. 185): em que novas ordens, novos valores e novas temporalidades poderão ser (re)estabelecidos e (com)partilhados; em que um novo espaço ou um novo mundo poderá ser (re)composto e afirmado. No constante jogo entre a continuidade do Ser e a descontinuidade do Limite, a morte se multiplica, pluraliza-se e segue no encaixe da vida. E até que prevaleça definitivamente sobre esta última, sua presença, renitente, dá lugar a uma *(de)cisão ontológica*, que, como aponta Sardinha (2010), deve “[...] ser entendida o mais próximo possível de seu sentido etimológico como ato de dividir (p. 186)”. Na medida em que transgride os limites que encerram a existência a determinadas formas – oriundas de um espaço comum e compartilhado –, o tempo descontínuo das *petites mortes* será o ensejo necessário ao deslocamento e à transformação.

3 A FUNÇÃO-AUTOR E AS MULTIPLICIDADES DE SUJEITOS

Tomemos, agora, o problema da escrita – tal como sugerido em *O que é um autor?* – sob a ótica dessa *ontologia crítica* desenvolvida por Foucault, em suas reflexões da década de 1960. Assim, se a *prática da escrita está vinculada à morte do autor*, um conjunto de escritos não constituiria um *opus* fechado, definitivo, e diante do qual o autor ocuparia uma posição soberana – isto é, tanto como a *origem em comum* para textos diversos quanto o *fim* para onde converge essa mesma multiplicidade. Entendido enquanto sujeito, o autor seria a garantia de um nexo, de um sentido unificado por entre uma dispersão de discursos, cujas materialidades, no entanto, remetem a diferentes coordenadas espaço-temporais de produção (Foucault, 2009b). Mas, se o ato de escrever não leva à essa arregimentação, ao redor de um sujeito, ou, ainda, se a prática de escrita está menos ligada à edificação e à perpetuação de uma unidade subjetiva do que à elisão daquele que escreve, então, essa prática reitera e atualiza a *(de)cisão ontológica* que corta e, por isso, *fragmenta* a pretensa unidade contínua do sujeito; é uma prática, em suma, que coloca o sujeito em perigo ao jogar com os limites relativos ao espaço histórico-discursivo que o tornou possível.

Antes de uma inscrição absoluta junto a uma memória coletiva, de uma continuidade em relação ao tempo – ou, apesar do tempo – que passa (e tudo leva), a escrita expressaria, antes, as dinâmicas singulares dos movimentos transgressivos efetuados pelas *petites morts* que envolvem as condições de existência de cada gesto escritural. Em outros termos, aquilo que se torna manifesto são os limites espaço-temporais de um conjunto regrado de discursos que, em seu recorte, possibilitou o exercício de uma determinada *função-autor* (entre várias outras funções-sujeito possíveis).

Mais do que promover a continuidade relativa a um sujeito, a escrita, para Foucault, é responsável por (re)inserir discontinuidades que transformam sujeitos; e, se há elos possíveis de serem estabelecidos por entre os textos de *alguém que importa*, o mapeamento de diferentes gestos escriturais resultaria, sobretudo, em uma cartografia dos deslocamentos por entre distintas performances da *função-autor*. Ou seja, trata-se de apontar para as condições históricas que possibilitaram o exercício dessa função, mas, principalmente, para as maneiras como, ao ser exercida, ela ultrapassou os limites do campo discursivo que a tornou possível. Enquanto função, o autor encontra-se em uma posição cujo efeito é ambíguo: submetido a um conjunto de regras discursivas que, ao mesmo tempo, também o solicitam para, junto a elas, assumir uma “[...] função classificatória” (Foucault, 2009b, p. 273). Trata-se, pois, de compreender a função-autor como *uma* particularização possível da função-sujeito (Muchail, 2002) e, enquanto tal, cotejá-la enquanto um gesto relativo ao limite: “[...] seria igualmente falso buscar o autor tanto do lado do escritor real quanto do lado do locutor fictício: a função-autor é efetuada na própria cisão – nessa divisão e nessa distância” (Foucault, 2009b, p. 279).

Ligadas a um sacrifício, ou a “[...] um apagamento voluntário” (Foucault, 2009b, p. 268), as cisões efetuadas pela função-autor – suas *petites morts*, se preferirmos – abrem a possibilidade de cotejar o próprio sujeito que escreve em função de suas diferentes posições, em um ou mais campos discursivos. O dilaceramento do autor, como figura originária e soberana, implica, portanto, em uma abordagem do sujeito aberta à perspectiva das multiplicidades (Cardoso Júnior, 1996). Afinal, a função-autor “[...] pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar” (Foucault, 2009b, p. 280).

Com efeito, embora as considerações desenvolvidas em *O que é um autor?* sejam as responsáveis por *estabelecer o problema*, elas não esgotam todas as possibilidades de refletir sobre a questão a partir dos *insights* de Foucault. Como visto, a compreensão da relação entre Ser e Limite, contínuo e descontínuo, permite que a morte do autor seja pensada como ocasião de uma transformação que (re)orienta determinado tecido discursivo e, com isso, modifica o jogo em que a função-autor pôde ser exercida. Nessa relação complexa entre escrita e autoria, teríamos, ademais, a possibilidade de recolocar em questão a centralidade conferida ao sujeito na medida em que “[...] trata-se de retirar ao sujeito (ou ao seu substituto) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso” (Foucault, 2009b, p. 286-287).

Todas essas conclusões provisórias são possíveis de serem engendradas por meio de um recuo em direção às reflexões anteriores à conferência de 1969. No entanto, o exercício proposto na presente reflexão somente se completará quando os *insights* acumulados até aqui forem projetados na direção das reflexões oriundas de um período posterior à *O que é um autor?*. Em outras palavras, para que este escrito possa ser posicionado na alegada posição de charneira, articulando e diferenciando dois diferentes momentos do

pensamento de Foucault, é preciso, agora, testar a possibilidade de conduzir essa relação entre escrita, morte e descontinuidade a partir de um outro conjunto de preocupações: sob o binômio poder-resistência, a *ontologia crítica* que, até então, dispensava uma reflexão ética, ensina a possibilidade de pensarmos a escrita como uma prática de transformação de si. Senão, vejamos.

4 ESCRITA E TRANSFORMAÇÃO DE SI

Se as considerações tecidas na conferência *O que é um autor?* carregam traços das reflexões que as antecederam, elas também podem apontar para caminhos posteriores. Atentemo-nos, por exemplo, àquilo que Foucault se refere como certa retomada “[...] do velho campo bipolar do discurso” (Foucault, 2009b, p. 275). Desse modo, por um lado, o autor só pode ser pensado enquanto submetido a um espaço histórico, composto por determinadas regras, e tais regras, por sua vez, estabelecem a função *no interior da qual qualquer coisa como um autor pode existir*, e, por outro lado, essa função de autoria somente se torna inteligível quando os limites históricos que a possibilita são ultrapassados, isto é, na medida em que, em relação às fronteiras, opera-se certo distanciamento: “[...] trata-se de localizar o espaço deixado vazio pelo desaparecimento do autor, seguir de perto essa repartição das lacunas e das fissuras e perscrutar os espaços, as funções livres que esse desaparecimento deixa a descoberto” (Foucault, 2009b, p. 271).

Cada uma das petites morts – implicadas, pois, em diferentes escritos – demarcam uma maneira singular e descontínua de efetuar uma saída; uma transformação a partir de um gesto limítrofe e transgressivo que desloca o conjunto histórico de regras a que a função-autor está submetida e, por conseguinte, modifica as performances e particularizações possíveis das funções-sujeito. Ao matar o autor, a escrita pluraliza e transforma sujeitos.

Adiante, sob o binômio poder-resistência, central nas reflexões desenvolvidas nas décadas de 1970 e 1980, a escrita poderá ser então cotejada em função de um movimento preocupado com a invenção de um si, por e para si mesmo (Aquino, 2011). Ainda que distantes das reflexões da década de 1960, acerca das relações entre limite e transgressão, o novo campo de problemas articulados por Foucault não deixa de ressoar à uma mesma natureza, “[...] simultaneamente ontológica e crítica” (Sardinha, 2010, p. 191).

Quando tematizada por Foucault, a ética envolve um questionamento da primazia que o autoconhecimento adquire no pensamento ocidental: na medida em que o sujeito toma a si mesmo, na condição de objeto, a observação visaria à consciência de seus limites internos e constitutivos. O *conhece-te a ti mesmo* (*gnôthi seautón*) seria, assim, a via de acesso ao ser e à verdade (Foucault, 2010). Embora tecidas a partir de um trabalho empírico, dedicado a escritos antigos, como os de Platão, Epicuro, Marco Aurélio, Plutarco, Sêneca, entre outros, Foucault não deixa de olhar para o presente, oferecendo, com isso, um diagnóstico ocupado com o pensamento moderno e ocidental: “[...] certamente, entre o *gnôthi seautón* socrático e o procedimento cartesiano, a distância é imensa” (Foucault, 2010, p. 15).

Em razão dessa distância, a presença renitente do princípio délfico, junto a práticas e procedimentos filosóficos ocidentais desde o século XVII, torna-se digna de desconfiança. A arregimentação do chamado “[...] momento cartesiano” (Foucault, 2010) levaria a uma supervalorização do *gnôthi seautón* e, por conseguinte, a uma desqualificação do princípio que, na Antiguidade, o conduzia: o cuidado de si (*epiméleia heautoû*). Como um “[...] princípio de permanente inquietude no curso da existência” (Foucault, 2010, p. 9), este último preceito remeteria à uma verdade que, mais do que submetida somente a um conhecimento de si por si, é posta à prova por meio de práticas direcionadas a si mesmo; uma verdade, portanto, cujo acesso estaria vinculado a “[...] transformações necessárias no ser mesmo do sujeito” (Foucault, 2010, p. 17).

Quando atrelada à formalização de um método, onde o sujeito cognoscente sistematiza suas representações internas sob uma *mathesis universalis*, a verdade deixa de ser uma questão de transformação de si. Na modernidade, o conhecimento de si implica, pois, no reconhecimento de que a verdade está circunscrita aos limites em relação aos quais o sujeito pode (se) conhecer¹. “Creio

¹ Quanto a isso, considero oportuno destacar as considerações de Edgardo Castro (2016, p. 18, tradução nossa) em *La (im)possibilidade de una ética: una lectura de Les mots et les choses*: “[...] em uma passagem não muito visitada desta obra, mas, talvez, uma das mais explícitas sobre o tema, Foucault sustenta que o pensamento moderno não tem sido capaz de formular nenhuma ética, porque em si mesmo ele já é uma ética. Na experiência moderna, o estabelecimento do homem no campo do saber implica um ‘imperativo que é obcecado pelo pensamento em seu interior’; pois é, ao mesmo tempo, conhecimento e modificação daquilo que ele conhece”.

que a idade moderna da história da verdade começa no momento em que o que permite aceder ao verdadeiro é o próprio conhecimento e somente ele” (Foucault, 2010, p. 18). Ao sujeito, não é mais solicitada uma modificação de si, seu acesso à verdade envolveria, sobretudo, condições definidas no interior do próprio conhecimento – senão mesmo as condições de possibilidade de todo conhecimento (Foucault, 2007).

Ao mesmo tempo em que se volta a escritos da Antiguidade para, junto a eles, recuperar a dimensão da *epimeléia heautoû*, Foucault desenvolve uma leitura específica de sua atualidade. Considero importante insistir nesse movimento pendular e voltado, sobretudo, ao estabelecimento de um contraste. Afinal, é a partir dele que é possível localizar um questionamento acerca de nossa relação com os limites que caminha *pari passu* com a preocupação com o tema do *cuidado de si*. Trata-se, nesse caso, de um apelo a uma *outra filosofia crítica*: “[...] uma filosofia que não determina as condições e os limites de um conhecimento de um objeto, mas as condições e as possibilidades indefinidas de transformações do sujeito” (Foucault, 2010, p. 475).

No célebre artigo *O que são as Luzes?*, de 1984, Foucault apresenta essa sua leitura da filosofia crítica, a partir de uma interpretação da *Aufklärung* nos termos de uma *história crítica do presente*. Nesse caso, certa “[...] consciência da descontinuidade do tempo” (Foucault, 2000c, 342) estaria implicada em uma atitude irônica de heroificação da atualidade: ao mesmo tempo em que a compreende como o espaço de relações que possibilita aquilo que somos, toma seus limites como fronteiras, as quais devemos ultrapassar – ao preço de nossa própria transfiguração. Caracterizando esse *ethos* filosófico como uma *atitude-limite*, Foucault sugere, uma vez mais, que é preciso posicionar-se nas fronteiras, isto é, “[...] transformar a crítica exercida sobre a forma de limitação necessária em uma crítica prática sob a forma de ultrapassagem possível” (Foucault, 2000c, p. 347).

Não seria demais destacar novamente a busca por essa *experiência-limite* como uma diretiva e um motor para a escrita, como prática de desubjetivação, isto é, como exercício que “[...] arranca o sujeito de si mesmo” (Foucault, 2013b, p. 291). Liberada de suas funções transcendentais – senão, de seus desejos de transcendência – a escrita pode ser compreendida como uma prática que mobiliza a morte no seio da relação entre Ser e Limite. Trata-se de escrever buscando a pluralização dos cortes e das descontinuidades que nos permitem identificar a finitude e, por conseguinte, a mudança entre diferentes ordens historicamente estabelecidas e consensualmente aceitas. *Fazer morrer* é o objetivo que a escrita insistentemente busca, como condição necessária para novas vidas; ao que seria possível acrescentar: escrever é também uma maneira de trazer o jogo entre limite e transformação para o âmbito de uma relação de si consigo. Isso porque, ela seria responsável pela elaboração de discursos verdadeiros em princípios racionais de ação: “[...] como elemento de treinamento de si, a escrita tem, para utilizar uma expressão que se encontra em Plutarco, uma função *etopoietica*: ela é operadora da transformação da verdade em *êthos*” (Foucault, 2006, p. 147).

Assim, ao promover um *vis-à-vis* com a morte, a escrita permitiria um deslocamento em relação às singulares relações de Saber-Poder que definem o presente; trata-se de uma relação crítica com os limites atinentes ao espaço, correspondente àquilo que somos, pensamos e fazemos hoje. Essa postura crítica não deixa de aludir, portanto, à importância de que “[...] o exercício de pôr em descontinuidade que devemos aplicar às coisas, devemos também aplicar a nós mesmos, à nossa própria vida” (Foucault, 2010, p. 272), afinal, “[...] somos pelo menos enquanto corpo, até mesmo enquanto *pneûma*, sempre algo de descontínuo em relação a nosso ser” (Foucault, 2010, p. 272). Pensando a escrita por essa chave, certamente, ela se desvincularia de quaisquer pretensões de arregimentar um projeto único e homogêneo; nada que se assemelhe, pois, à busca de uma síntese totalizante, contínua e linear, cuja unidade de sentido e coerência conduziria à um mesmo sujeito.

À essa altura, seria difícil furtar-se de uma consideração de caráter endógeno: com isso, poderíamos pensar, por exemplo, na deliberada recusa de Foucault em situar seu trabalho de escrita no interior dos limites que ensejam os cânones de uma disciplina e, como um *passeur* (Certeau, 2011), a opção por estabelecer uma prática voltada, sobretudo, a um “[...] trânsito permanente entre fronteiras” (Ramos do Ó; Aquino, 2014, p. 224). Daí, também, uma elucidação razoável para as suas considerações sobre a escrita como um trabalho voltado, principalmente, à modificação de si mesmo: “[...] eu sou um experimentador no sentido de que escrevo para mudar a mim mesmo e não pensar a mesma coisa que pensava antes” (Foucault, 2013b, p. 289-290).

Mais do que uma recusa ou distanciamento completo das regras que enformam os discursos, sob um determinado campo do saber, a questão, antes, é o estabelecimento de um jogo que visa colocar em cena os limites que constitui tal espaço para, com isso, criar

condições para que eles sejam transgredidos, ultrapassados. Trata-se de *inspirar-se* por determinadas regras, conduzir-se por elas em seus aspectos produtivos; mas, sobretudo, *expirá-las* em outro lugar (mais do que resolutamente incorporá-las como parte de si). Essa atitude-limite, promovida pela prática da escrita, desloca o autor, enquanto função admissível, no conjunto de uma ordem histórica e discursiva, e apaga o sujeito que escreve, na medida em que o abre às diversas possibilidades de *tornar-se outro*: sob outras regras, em outros espaços discursivos, em outras relações de poder, a partir de outras práticas, em suma, em outros jogos. Como sublinha Aquino (2011, p. 646), “[...] no duelo contra a força do hábito autoral, são as forças da impessoalidade, e não só da anonimidade, que aí emergem. Multivocidade pura, se se quiser”.

Diante disso, seria válido destacar a constatação de Diogo Sardinha (2011) de que, nos escritos oriundos da década de 1980, Foucault atenuaria ou, até mesmo, abandonaria as rigorosas rupturas epocais que balizaram seus trabalhos anteriores, ocupados, especificamente, com as descontinuidades das *disposições* do Saber e os *dispositivos* de Saber-Poder. No entanto, para Sardinha, “[...] a ética deixa definitivamente as rupturas e, ao fazê-lo, marca o fim de um movimento que já vinha dos estudos do Saber-Poder, no qual o esquema de descontinuidades radicais era apenas retórica” (Sardinha, 2011, p. 114, tradução nossa)². Embora concorde com o argumento de que “[...] o tempo da ética está longe do tempo epistemológico de *As palavras e as coisas*” (Sardinha, 2011, p. 114, tradução nossa)³, sendo ele caracterizado, sobretudo, por metamorfoses identificadas em um recorte longuíssimo (a Antiguidade), penso que, sozinha, a transformação metodológica, apresentada por Foucault ao longo de sua trajetória – com diferentes recortes e durações – não encerra todas as possibilidades de tratar da noção de descontinuidade junto a seu pensamento. Em outros termos, e para ser direto: penso que, para Foucault, a descontinuidade não é, necessariamente, sinônimo de periodização. Ainda que nos textos da década de 1980 “[...] as grandes metamorfoses só podem [...] ser reparadas por longos períodos de tempo” (Sardinha, 2011, p. 114, tradução nossa)⁴, aquilo a que o recorte amplo visa tornar manifesto são, justamente, as transformações de si.

Na medida em que Foucault começa a se preocupar com as condições de uma autoafecção do sujeito, teríamos aquilo que Deleuze (2005) sugere como *uma volta do tempo* no pensamento espacial de Foucault (Prado, 2018). Mas esse tempo que retorna é, ainda, um tempo descontínuo, o tempo de uma história crítica que nos separa de nós mesmos, onde a mudança é ressaltada por meio da relação com os limites e da diferenciação, pois “[...] mesmo quando considera, em seus últimos livros, uma série de longa duração, desde os gregos e os cristãos, é para descobrir no que é que não somos gregos e nem cristãos, e nos tornamos outra coisa” (Deleuze, 2010, p. 123).

Parece-me que, a despeito das distintas periodizações, adotadas por Foucault em seus trabalhos, seu objetivo de uma escrita histórica responsável por “[...] inserir o descontínuo em nosso próprio ser” (Foucault, 2000a, p. 272) mantém-se precípuo ao longo de toda sua trajetória. A descontinuidade, portanto, não se reduz aos recortes cronológicos e aos períodos estabelecidos nas pesquisas empíricas: sejam secções de durações curtas, médias, sejam longuíssimas, o que interessa são as separações e, por conseguinte, as transformações que elas trazem à lume. Mais do que uma lacuna que interromperia a mudança, uma falha irracional no desenvolvimento do sentido interno da história, a descontinuidade, a partir de Foucault, pode ser pensada como a própria forma da transformação, isto é, como um movimento incessante de diferenciação (Cardoso Júnior, 2021), ou, ainda, como sugere Judith Revel (2007), como uma *descontinuidade contínua*.

Como etopoiética, a escrita, por um lado, enseja uma relação com limites que, quando ultrapassados, leva o sujeito a se apagar, por outro, esse apagamento é a condição que permitirá um recomeço, que, incessantemente, permitirá ao sujeito *tornar-se outro*.

² Excerto original: « [...] l'éthique preNdt définitivement congé des ruptures et, ce faisant, marque le terme d'un mouvement que venait déjà des études sur le pouvoir-savoir, dans lesquelles le schème des discontinuités radicales n'avait d'importance que rhétorique ».

³ Excerto original: « Le temps de l'éthique se trouve bien loin du temps épistémologiques des *Mots et les choses* ».

⁴ Excerto original: « [...] les grands métamorphoses ne sont désormais repérables que sur les longues durées ».

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESARMANDO O PARADOXO

Como um gesto voltado aos limites, a morte do autor pode ser compreendida nos termos de um jogo que visa à transformação – tanto de um espaço de Saber-Poder específico, quanto daquele que, ocupando esse mesmo espaço, escreve. Trata-se, portanto, de uma prática de reorientação de campos epistemológicos que se transformam radicalmente em relação à sua ordem precedente; mas também se trata de um deslocamento de ordem ético-política, uma vez que o gesto que sagra a morte do autor também transforma todo um conjunto de relações em relação a si e aos outros.

Com isso, o paradoxo destacado inicialmente poderia ser desarmado: se o nome próprio que aparece no frontispício de cada escrito pode ser sempre o mesmo, a maneira pelo qual esse nome foi apagado, em cada gesto escritural, refere-se a uma luta localizada, com regras particulares e limites próprios a serem transgredidos. Mais do que uma suposta consagração da figura do autor, quando a autoria é trazida para o centro das reflexões de Foucault é para reiterar formas específicas de deslocamento e transformação; mais do que uma continuidade, cada texto seria, antes, um acúmulo resultante de diferentes embates e, por isso, um registro da tensão entre o porvir e aquilo que sujeito que escreve *deixou de ser*.

“Que importa quem fala, alguém disse, que importa quem fala” (Foucault, 2009b, p. 267-268). Expressa como um princípio ético, essa indiferença em relação ao autor poderia ser pensada como contígua à perspectiva de que, ao escrever, ele não permanecerá o mesmo, tornando-se descontinuo em relação a si e ao espaço que permitiu que a escrita pudesse ser desenvolvida.

Ademais, talvez esse princípio seja um fio vermelho que perpassa todos os escritos de Foucault, aproximando-os, a despeito de suas notórias diferenças: trata-se, pois, de tomar cada escrito como o resultado de uma função-autor que Foucault recebe e transforma (Muchail, 2002); de um conjunto de regras que, tomadas em seus limites, a partir do gesto de apagamento do autor que nelas se instala, abrem-se para outras formações e, com isso, novas agências possíveis. Eis o incontornável aspecto político que Pierre Bourdieu reconhece junto aos trabalhos de Foucault:

Ao romper com a representação – característica do *homo academicus* e notadamente do filósofo universitário – que leva a segmentar a vida em duas partes, aquela do conhecimento, investida pelo rigor, e aquela da política investida pela paixão, de preferência generosa, Michel Foucault concebeu a atividade intelectual como a forma por excelência de um empreendimento político de libertação: a política da verdade, que é a função própria do intelectual, se realiza num trabalho para descobrir e declarar a verdade da política. Isso é o que faz o desenho (perverso) de saber a verdade do poder um adversário irreduzível do desejo de poder. (Bourdieu, 2013, p. 175).

Seria o caso de cotejar os mais diversos escritos de Foucault atentando-se, pois, para as mais diversas formas de descontinuidade que eles ensejam junto às arraigadas práticas demandadas pela ortodoxia que envolve cada campo em que ele, provisoriamente, se instala. Cada dito e escrito de Foucault, portanto, como aquele que efetua uma *petite mort*, é uma forma de rastro semelhante ao de uma cobra que troca e perde sua pele (Machado, 2017): suas entrevistas e debates; suas *compte-rendus*; suas introduções e apresentações a trabalhos de outrem; seus artigos; seus cursos no *Collège de France*; suas conferências e seminários; seus necrológicos; enfim, cada atividade de produção discursiva, cada experiência da fala, é uma possibilidade de refletir sobre como determinadas regras são acolhidas, mas, principalmente, modificadas. Valendo-me novamente das palavras de Muchail (2002, p. 131): “[...] uma é a posição-sujeito do autor que fala em um prefácio, outra a do que argumenta no corpo de um livro, outra, ainda, a que avalia a recepção da obra publicada ou a esclarece”. A questão, portanto, é o que está em jogo em cada uma dessas, e tantas outras, posições e funções ocupadas pelo sujeito, pois, na medida em que cada uma comporta regras específicas, seus limites envolvem formas distintas de ultrapassagem.

Pensar sobre a prática da escrita, a partir dos *insights* de Foucault, requer, como dito, certa abordagem endógena: suas considerações sobre tal tema não deixam de estar imiscuídas em seus variados gestos de autoria. Nessa relação, o que encontramos é uma multiplicação das maneiras pelas quais Foucault procurou deslocar-se em relação a si próprio, (re)produzindo a morte e a descontinuidade, no seio de seu trabalho intelectual. Observando seus movimentos e atentando-se às condições em que cada um deles se desenvolveu, talvez possamos compreender que a escrita, longe de nos salvaguardar diante da finitude, é a ocasião para que,

em vida, possamos nos tornar outros e aceitarmos, sem ressentimentos, aquilo que continuamente deixamos de ser. Afinal, vale lembrar que:

[...] o discurso não é a vida: seu tempo não é o de vocês; nele, vocês não se reconciliarão com a morte; é possível que vocês tenham matado Deus sob o peso de tudo que disseram; mas não pensem que farão, com tudo o que vocês dizem, um homem que viverá mais do que ele. (Foucault, 2013a, p. 254).

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. G. A escrita como modo de vida: conexões e desdobramentos educacionais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 641-645, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 jul. 2019.
- BARTHES, R. A morte do autor. In: BARTHES, R. *O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2004. p. 57-64.
- BOURDIEU, P. Um pensador livre: “Não me pergunte quem sou eu”. Tradução de Fernando Pinheiro Filho. *Tempo Social*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 169-175, jun. 2013. Disponível em: https://revistas.usp.br/ts/pt_BR/article/view/69038. Acesso em: 14 fev. 2025.
- CARDOSO JÚNIOR, H. R. *Teoria das multiplicidades no pensamento de Gilles Deleuze*. 1996. 351f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1996.110531>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- CARDOSO JÚNIOR, H. R. Rebranded philosophy of history: new varieties of discontinuity and spatial frames of historical time. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 58-71, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/67886>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- CASTRO, E. La (im)posibilidad de una ética: una lectura de *Les mots et les choses*. *Dorsal: Revista de Estudios Foucaultianos*, Santiago, n. 1, p. 13-22, 2016. Disponível em: <https://revistas.cenaltel.cl/index.php/dorsal/article/view/119>. Acesso em: 24 dez. 2019.
- CERTEAU, M. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- CHAKRABARTY, D. O clima da história: quatro teses. *Sopro – Panfleto Político-Cultural*, n. 91, p. 3-22, jul. 2013. Disponível em: <https://www.culturaebarbarie.org/sopro/n91s.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2025.
- DELEUZE, G. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, G. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- ERIBON, D. *Michel Foucault*. Tradução de Betsy Wing. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a.
- FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 144-162.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*: curso dado no Collège de France (1981-1982). Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. A linguagem ao infinito. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos III*: estética: literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a. p. 47-59.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, M. Conversa com Michel Foucault. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos VI*: repensar a política. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b. p. 289-347.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia, a história. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos II*: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a. p. 260-281.

FOUCAULT, M. O filósofo mascarado. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos II*: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b. p. 299-306.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Tradução de Roberto Machado. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos III*: estética: literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b. p. 264-269.

FOUCAULT, M. O que são as luzes? In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos II*: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000c. p. 335-351.

FOUCAULT, M. Prefácio à transgressão. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos III*: estética: literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009c. p. 28-46.

JAUQUET, G. M.; MADARASZ, N. R. L'approche de la "distance" dans les écrits littéraires de Michel Foucault. *Veritas*, Porto Alegre, v. 65, n. 3, p. 1-19, set./dez. 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/39229>. Acesso em: 13 ago. 2021.

JORDHEIM, H. Synchronizing the world: synchronism as historiographical practice, then and now. *History of the Present*, Durham, v. 7, n. 1, p. 59-95, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5406/historypresent.7.1.0059>. Acesso em: 26 fev. 2025.

KOSELLECK, R. *Estratos do tempo*: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.

MACHADO, R. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

MIOTTO, M. L. *O problema antropológico em Michel Foucault*. 2011. 235 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/4786>. Acesso em: 29 ago. 2023.

MUCHAIL, S. T. Michel Foucault e o dilaceramento do autor. *Margem*, São Paulo, n. 16, p. 129-135, dez. 2002. Disponível em: <https://www.pucsp.br/margem/pdf/m16sm.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2016.

PRADO, T. *Foucault e a linguagem do espaço*. São Paulo: Perspectiva, 2018.

RAMOS DO Ó, J.; AQUINO, J. G. Em direção a uma nova ética do existir. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 199-231, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/15010>. Acesso em: 12 jan. 2019.

REVEL, J. Michel Foucault: discontinuité de la pensée ou pensée du discontinu? *Le Portique*, n. 13-14, p. 1-12, 2007. Disponível em: <http://leportique.revues.org/635>. Acesso em: 19 jan. 2022.

SARDINHA, D. As duas ontologias críticas de Foucault. *Trans/Form/Ação*, Marília, SP, v. 33, n. 2, p. 77-192, 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/1038>. Acesso em: 16 set. 2023.

SARDINHA, D. *Ordre et temps dans la philosophie de Foucault*. Paris: L'Harmattan, 2011.

SHAPIN, S. *The scientific life: a moral history of a late modern vocation*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

SIMON, Z. B. The transformation of historical time. In: OLIVER, L.; TAMM, M. (ed.). *Rethinking historical time*. London: Bloomsbury Academic, 2019. p. 71-86.



Recebido em 05/05/2026. Aceito em 26/09/2026.

Publicaod em 15/10/2026.